

Votação começa pelo mais polêmico

12 JAN 1993

JEFERSON PINHEIRO



Freire, Benevides, Ibsen e Simon discutem a pauta de votação da Câmara e do Senado até 10 de fevereiro

Três dos projetos de mais difícil aprovação pelo Legislativo serão submetidos à votação esta semana, anunciou ontem o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE). São os projetos de modernização dos portos, de regulamentação das licitações e contratos públicos e o que disciplina a prestação de serviços públicos pela iniciativa privada. As três propostas sofrem pressões contrárias de lobbies corporativos, mas o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (RS), diz que "as pressões existem para serem enfrentadas".

O presidente Itamar Franco, em acordo com os presidentes da Câmara e do Senado, decidiu que a convocação do Congresso será de 11 de janeiro até 10 de fevereiro e não mais até 30 deste mês. Benevides e Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara, se reuniram, ontem à tarde, para definir a pauta das votações nas duas Casas, já que, na convocação, o presidente Itamar Franco colocou 18 itens para apreciação.

A emenda do ajuste fiscal, prevê Benevides, tem de ser aprovada de imediato pela Câmara, pois o Senado Federal necessita, regimentalmente, votar o documento em dois turnos, com intervalo de cinco sessões ordinárias entre um e outro. Ele estima que o ajuste ficará em discussão no Senado durante 20 dias.

"Vamos nos reunir com os líderes partidários na Câmara e Senado para definir o que o Legislativo quer acrescentar à pauta", explicou ontem Mauro Benevides. O senador considera tão importante quanto o ajuste fiscal a aprovação do projeto de reajuste dos funcionários públicos civis e militares. O presidente Itamar Franco disse ontem que sua expectativa é positiva em relação aos trabalhos no Congresso Nacional, que iniciou ontem a convocação extraordinária. Itamar espera que sejam votados o projeto de modernização dos portos e o ajuste fiscal entre outros, mas observou que não pretende interferir nos trabalhos do Legislativo. "Minha ação se dá através dos ministros, parlamentares e dos líderes", explicou Itamar.

Projetos — O mais difícil deles é o de modernização dos portos, enviado pelo ex-presidente

Collor ao Congresso, no propósito de reduzir a presença do Estado e ampliar o papel da iniciativa privada no sistema portuário. Tramitando desde 1991, o projeto já atraiu centenas de portuários e representantes de estaleiros ao Congresso, para fazerem pressão contra e a favor. Aprovado pela Câmara, num acordo de lideranças efetivado há pouco mais de meio ano, o projeto sofreu alterações quando chegou ao Senado, o que implicou na redação de um substitutivo que, agora, também corre o risco de ser fulminado.

Depois de requerer o projeto para a Comissão de Infra-Estrutura, o senador Júlio Campos (PFL-MT) disse que tentará resuscitar em plenário a proposta votada há um ano na Câmara.

Reserva — O projeto das licitações é igualmente difícil de ser aprovado. Conforme foi votado na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta acaba com a reserva de mercado de obras públicas para as empreiteiras de

longa tradição no mercado. Pelo texto, o licitante não precisará mais provar que tem experiência num tipo de obra licitada. Bastará ter, em seu quadro, profissional de nível superior, que já tenha realizado obra semelhante. Além de prever duras penas para licitações fraudulentas, o projeto tenta acabar com todas as brechas capazes de deixar passar irregularidades, daí por que o líder Pedro Simon acha que a ação das empreiteiras será intensa. Apresentado por Fernando Henrique Cardoso, hoje ministro das Relações Exteriores, o projeto de concessão de serviços públicos regulamenta a forma em que essa prestação poderá ser feita pela iniciativa privada.

Os líderes também vão examinar a inclusão na pauta do Senado do projeto de redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios e o plano de carreira dos servidores da casa. O senador Mauro Benevides acredita que hoje mesmo o Senado define a urgência para a votação dos projetos de licitação pública e mo-

dernização dos portos. Na ordem do dia da Câmara estarão os projetos de regulamentação do plebiscito sobre sistema de governo e da advocacia-geral da União, ambos em regime de urgência-urgentíssima.

Eleição — Nesse período de convocação extraordinária poderá ocorrer uma autoconvocação do Congresso para eleição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Benevides acredita que os candidatos do partido majoritário, nas duas casas — o PMDB —, serão eleitos como é a tradição, "mas nada impede que haja mudanças em plenário". Os novos presidentes serão empossados dia 2 de fevereiro.

Benevides anunciou, também para essa semana, um novo passo para o condomínio da governabilidade. Ele e Ibsen Pinheiro se encontram com representantes da sociedade civil, como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), quinta-feira próxima, na sede da OAB, em Brasília.